

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA**  
**CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO**

**Marina El Hajjar Meneghel**

**MIRANDO O TRABALHO E OS DIREITOS INFANTOJUVENIS EMERGEM  
DO CAMPO: a dupla face do trabalho, a rede invisível e a dupla violação de  
direitos.**

Porto Alegre

1º semestre

2018

7

**Marina El Hajjar Meneghel**

**MIRANDO O TRABALHO E OS DIREITOS INFANTOJUVENIS EMERGEM  
DO CAMPO: a dupla face do trabalho, a rede invisível e a dupla violação de  
direitos.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Comissão de Graduação do  
Curso de Educação Física Bacharelado da  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e  
Dança da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, como requisito parcial  
obrigatório para a obtenção do título em  
Bacharel em Educação Física

**Orientadora:**

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Laura Souza Fonseca**

**Porto Alegre**

**1º semestre**

**2018**

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico este segundo trabalho de conclusão de curso ao Grupo de Trabalho e Formação Humana que possibilitou meu contato com a pesquisa crítica desde 2010. Que me incentivou a pôr os pés na realidade e a me incorporar nos debates da rede de proteção à infância e à adolescência, fazendo eu ter contato com diferentes trabalhadores, do setor público, do setor privado, de organizações religiosas e organizações não-governamentais. Esse universo de reflexão, de crítica, de debate fez com que eu, como estudante pesquisadora, utilizasse ferramentas para compreender a realidade brasileira, em especial a situação de crianças e adolescentes daquela região, sem julgamentos morais e de culpabilização dos sujeitos – elemento frisado sempre pela orientadora. Sou grata a todas e todos que fizeram parte do grupo de 2010 a 2016.

A professora, orientadora e companheira de vida e de militância Laura Fonseca. Uma grande referência na minha vida. Sempre primou pela autonomia da pesquisadora, sem deixar de orientar, colocar questões, fazer estudar mais e mais e ir atrás de novos problemas. Obrigada profe querida.

A Jana e a Drika que buscaram e levaram documentos durante dois anos para a COMGRAD, poupando meu tempo de vida. Sempre grata!!! Agora vai!!!

E mais uma vez a todas e todos trabalhadores brasileiros que financiaram meus estudos e que financiam hoje meu salário como professora municipal de Porto Alegre.

## RESUMO

O trabalho insere-se na pesquisa nacional Observatório do Trabalho e das Políticas Sociais para o Infantojuvenil por nossas ações sistemáticas como iniciação científica e extensão do Grupo Trabalho e Formação Humana da UFRGS, realizadas numa comunidade de periferia urbana em Porto Alegre – RS. A temática de estudo/intervenção pauta-se pela articulação entre trabalho e direitos do infantojuvenil: na ação extensionista, interagimos com crianças e adolescentes em escolas e espaços socioeducativos (hoje, serviço de fortalecimento de vínculo); na pesquisa/intervenção com operadores de direitos, participamos da Rede de Proteção e da Microrrede associadas ao Conselho Tutelar da região. Temos o objetivo de compreender como as políticas públicas (educação, saúde e assistência social) concretizam-se na Rede de Proteção; como esses setores se articulam para combater a violação de direitos; de que forma os encaminhamentos da exploração do trabalho infantojuvenil e exploração sexual e comercial de crianças são encaminhados e se há resolução dos casos apresentados nesta Rede. A Rede de Proteção é um espaço onde os serviços essenciais, da saúde, da educação e da assistência social, organizações não-governamentais, organizações religiosas se reúnem em rede ampliada (RA) e microrredes para articular e operacionalizar as políticas de proteção ao infantojuvenil. A sua função social é garantir o funcionamento do Conselho Tutelar (CT), bem como dialogar com a sociedade civil. Por sucessivas aproximações com o método e a concepção de mundo materialista histórico dialético buscamos no exercício da indissociabilidade uma metodologia que articule ensino, pesquisa e extensão. Elaboramos coletivamente os estudos e as práticas que nos permitem compor o objeto estudado. Iniciamos com a observação participante a investigação da realidade – nas ações extensionistas, fundamentadas pela intervenção dialógica dialética, e pela pesquisa, procuramos analisar e aprofundar a compreensão das múltiplas determinações do fenômeno social que tomamos como objeto de estudo/intervenção. Nossa inserção em campo é precedida (e acompanhada) de estudo sobre categorias estruturantes – trabalho e formação humana; com as quais conectamos às emergências do campo – ajuda/trabalho doméstico explorado, rede invisível/rede de proteção, abuso/exploração sexual e comercial infantojuvenil, culpabilização das vítimas, judicialização dos encaminhamentos e criminalização dos pobres e das/os lutadoras sociais. Utilizamos como instrumento de pesquisa a análise de documentos, através do Diário de Campo – relatos sistematizados das oficinas de extensão e da participação nas reuniões da Rede e da Microrrede. Até o presente momento, apresentamos algumas considerações. A Rede é um espaço frágil de garantia de direitos. Encontramos a dupla violação de direito, pois o sujeito após ter seus direitos violados encontra um serviço que, na maioria das vezes, não consegue encaminhar o seu caso, por uma composição complexa de problemas estruturais, de força de trabalho, de formação dos trabalhadores. Fazemos o debate das políticas de Governo e de Estado, pois observamos que a ingerência do setor privado na gestão do fundo público tem possibilitado novas violações de direitos. É fundamental breçar a privatização das políticas e retomá-las como políticas de Estado, e conectar as políticas sociais. Investir em formação permanente e continuada de trabalhadores destas políticas. Ao tempo em que superarmos a “bolsificação” da vida, podemos pensar em garantia de direitos.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**BIC** – Bolsa de Iniciação Científica  
**CONFED/CREF** – Conselho Federal de Educação Física/Conselho Regional de Educação Física  
**CF** – Constituição Federal  
**CT** – Conselho Tutelar  
**DAEFI** – Diretório Acadêmico de Educação Física  
**DC** – Diário de Campo  
**DCN** – Diretrizes Curriculares Nacional  
**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente  
**EF** – Educação Física  
**ESEF** – Escola de Educação Física  
**ESEFID** – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança  
**FACED** – Faculdade de Educação  
**GTFH** – Grupo de Trabalho e Formação Humana  
**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
**LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social  
**MHD** – Materialismo Histórico e Dialético  
**OIT** – Organização Internacional do Trabalho  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PDN** – Programa Democrático Nacional  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**RA** – Rede Ampliada  
**RS** – Rio Grande do Sul  
**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso  
**TRAMSE** – Trabalho, Movimento Sociais e Educação  
**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	13
<b>2. Objetivo</b>	15
<b>3. Método/ Metodologia</b>	15
<b>4. Sociedade Capitalista: o contexto brasileiro</b>	19
<b>5. A proteção ao infanto-juvenil</b>	22
5.1 O acompanhamento nas reuniões de Rede Ampliada (RA) e microrredes (Redinhas)	24
5.2 A dupla face do trabalho	28
5.3 A violência de Estado	32
<b>6. Considerações à modo de conclusão</b>	24
<b>7. Referências</b>	38

## 1. INTRODUÇÃO

Iniciei minha graduação no curso de bacharelado em Educação Física (EF) em 2007/2, ao me deparar com as contradições do curso fragmentado e a limitação da atuação do profissional do bacharelado, busquei modificar o curso para licenciatura em 2011, pois compreendia que o curso de EF é um só e que a licenciatura possibilita atuação em diversas áreas, incluindo a escola<sup>1</sup>. A luta pela unificação do curso iniciou com o movimento estudantil de educação física (MEEF) em 2004, quando generalizou o processo de divisão curricular no Brasil com as novas diretrizes curriculares nacionais (DCN) e se materializou na ESEF/UFRGS<sup>2</sup> com o Diretório Acadêmico de Educação Física (DAEFI) – ao qual fiz parte até o momento da colação de grau. Essa luta possibilitou mudanças importantes no perfil do egresso e no currículo da escola a partir de 2012. O meu trabalho de conclusão de curso (TCC) da licenciatura refere-se a esse movimento e ao processo de disputa frente a unificação do curso de EF<sup>3</sup>.

Retomo a formação no curso de bacharelado, pois ao dividirem o currículo, dificultaram o acesso aos diferentes conhecimentos que compõe a EF como uma área da educação e da saúde, das ciências humanas e das ciências biológicas. Lamentavelmente o Conselho Federal e Regional de Educação Física (CONFEF/CREF) ao impulsionar o processo de divisão do curso, criou para os profissionais de EF um problema, pois os mesmos terão que se especializar já na graduação, optando por uma ou outra área, portanto não acessarão de forma ampla os conhecimentos sistematizados. Ao dividirem o curso fui prejudicada, por essa razão retomo a formação do bacharelado.

Mesmo compreendendo que não há diferenças no campo epistemológico e atuação que justifiquem a divisão do curso e que esse fenômeno acontece para beneficiar determinado setor e não a maioria dos trabalhadores da área, sou convidada novamente a escrever um TCC. Opto por sistematizar a pesquisa que desenvolvi na iniciação científica, que é um retrato de como setores da educação, da saúde e da

---

<sup>1</sup> Respeitando as DCN para licenciaturas, resolução CNE/CP 01/2002 e as DCN para o curso de Educação Física, resolução CNE/CES nº 07/2004.

<sup>2</sup> Em 2009 entram para a ESEF o curso de fisioterapia e dança e a partir de 2015 a ESEF, passa a ser a ESEFID (Escola Superior de Educação Física, Fisioterapia e Dança).

<sup>3</sup> Educação Física é uma só! Formação Unificada já! A campanha do Movimento Estudantil de Educação Física na ESEF/UFRGS. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/87750>

assistência social se articulam para proteger e garantir direitos as crianças e aos adolescentes, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/1990. Os profissionais de EF estarão (ou deveriam estar) presentes em todos esses serviços, a infância e adolescência são momentos importantes para o desenvolvimento humano – espiritual e corporal – e é uma faixa etária com a qual trabalhamos. Nesse sentido acredito que a pesquisa se torna relevante para nossa área, independentemente do local de atuação.

Iniciei minha aproximação com o Grupo de Trabalho e Formação Humana (GTFH) da Faculdade de Educação (FACED) em 2010. Naquele momento entrei com a tarefa de monitoria e com aproximações ao núcleo de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE). A partir de 2012, modifico o foco, e com diálogo junto ao grupo, assumo uma bolsa de iniciação científica (BIC UFRGS) e a partir de então me insiro no trabalho coletivo de ensino, pesquisa e extensão que esse grupo faz desde 1998, em Porto Alegre, na região Glória, Cruzeiro, Cristal da microrregião 5 do Conselho Tutelar (CT).

O GTFH é um grupo, composto pela orientadora, estudantes de graduação e pós-graduação, bolsistas e voluntários, que buscam articular o tripé ensino, pesquisa e extensão. Até 2002 a atuação se deu em escolas e em espaços protetivos ao sujeito infantojuvenil. Essa experiência culminou na produção da tese “Trabalho infantojuvenil: concepções, contradições e práticas políticas” (Fonseca, 2006). Retornamos ao território em 2007 para apresentar os resultados da pesquisa através de formação em serviço e construímos com a comunidade a continuidade do trabalho ampliando o estudo para, além do trabalho infantojuvenil em escolas e socioeducativos, focarmos as violações de direitos, atendidas e encaminhadas pelo CT da microrregião 5, mediada pela Rede de Proteção<sup>4</sup>. Entre agosto de 2012 e setembro de 2013, o trabalho de campo compôs o empírico da pesquisa de pós-doutoramento “Trabalho e Políticas Sociais no Tempo infanto-juvenil: Concepções e Práticas no Brasil e no México” realizado pela professora Dr<sup>a</sup> Laura Souza Fonseca. Em 2013, fizemos nova ampliação dos espaços

---

<sup>4</sup> As redes de proteção à criança, ao adolescente e à família são vinculadas às microrregiões em que se organizam os Conselhos Tutelares possuem. Na Rede tem assento, além do CT, representantes das políticas sociais que atravessam àquela comunidade, participam especialmente assistência social e saúde. A educação tem menor frequência (também porque poucas escolas possuem professor@s substitut@s). Devido a imensa demanda e a dificuldade de discutir o fluxo dos casos, mantém-se a rede ampliada e foram organizadas microrredes/redinhas.



investigados, uma vez que a Rede de Proteção dividiu-se em microrredes (redinhas), singularizando as comunidades envolvidas, participamos, também, da redinha Cruzeiro. Em 2014, tivemos a aprovação no edital Ciências Humanas e Sociais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CHS/CNPq) da pesquisa Observatório do Trabalho e das Políticas Sociais para o Infantojuvenil, guarda-chuvas onde componho o recorte do TCC. Em 2016 oferecemos um curso de aperfeiçoamento, gratuito, para os operadores de direitos da infância e da adolescência dessa região para buscarmos um diálogo ainda maior da pesquisa, extensão com os trabalhadores. Um momento de troca de ideias, de construção de novas sínteses, potencializando a formação continuada desses sujeitos e o diálogo território e universidade pública.

## **2. OBJETIVOS DA PESQUISA**

Tivemos como objetivo geral compreender como as políticas públicas (educação, saúde e assistência social) concretizavam-se na Rede de Proteção. E como objetivos específicos: (a) entender como esses setores se articulam para combater a violação de direitos; (b) analisar de que forma os encaminhamentos da exploração do trabalho infantojuvenil e exploração sexual e comercial de crianças eram efetivados e (c) refletir sobre a resolutibilidade dos casos apresentados nesta Rede.

## **3. MÉTODO/METODOLOGIA**

Numa sociedade baseada na luta de classes, não pode existir qualquer ciência social “imparcial”. Essa frase de Lenin (1913) orienta nossa posição enquanto pesquisadores, extensionistas do GTFH. Somos seres políticos, produzimos conhecimento com o intuito de compreender, atuar e transformar a realidade. Essa concepção nos distancia da ideia de ciência neutra, da imparcialidade do pesquisador.

Orientamos nossos estudos pelo materialismo histórico dialético (MHD), articulando a concepção de mundo, o método de análise dos fenômenos e a práxis. Ou seja, não é somente uma ferramenta de análise, mas uma articulação entre esses três elementos. Tendo na matéria, na consciência e na prática social fundamentos do método. O método exige e mobiliza na perspectiva da totalidade no processo histórico e

social. Se expressa como uma síntese relacional de múltiplas determinações historicizadas.

Existem dois níveis específicos na construção do conhecimento. O primeiro é o nível da representação e o segundo é o nível dos conceitos. Kosik (2002) chama as representações de “aspectos fenomênicos da realidade”, *pseudoconcreticidade*. Neste momento diferenciamos os fenômenos que estão no cotidiano, sem identificarmos sua essência. O primeiro nível é o concreto sensível (Marx, 2008), um todo caótico e difuso. Percebemos um problema na realidade objetiva, mas ainda não o conhecemos de forma profunda.

Marx ao estudar a sociedade capitalista nos auxiliou a compreender que o mundo dos homens não é só matéria e nem só ideia, mas síntese das duas, que só pode existir a partir da transformação da realidade objetiva, portanto material e conforme um projeto pré-idealizado na consciência. O real, o concreto, vem antes das ideias, é a relação social dos seres humanos que determina sua consciência, portanto:

(...) O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como um processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (Marx, 2008, p. 258-259)

O ponto de partida é a realidade objetiva. A partir da nossa consciência sobre essa realidade buscamos compreender determinada questão. A investigação e a análise permitirão compreender o conhecimento dessa realidade, a sua essência, ao nível de conceitos (segundo nível). A análise será uma decomposição das partes que compõe esse fenômeno, mas as partes não estão isoladas, estão em relação constante e permanente.

Ao nos depararmos com determinados fenômenos da realidade, projetamos questões que emergem de um problema. Nesse caso o trabalho infantojuvenil e a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Qual sua historicidade, em que bases materiais está fundamentado, quais as tarefas colocadas para modificarmos essa realidade. Tomamos uma das mediações que compõe o fenômeno, a articulação dos setores que compõe a sociedade civil para fazer valer o ECA e a proteção integral a infância e adolescência, a Rede de Proteção. Na análise encontramos as mediações entre

o geral e o específico, entre parte e totalidade, e dessa forma, através de sucessivas aproximações aprofundamos nossa compreensão dessa situação complexa.

A partir de categorias estruturantes – trabalho e formação humana as conectamos com as categorias emergentes do campo – ajuda/trabalho doméstico explorado, rede invisível/rede de proteção, abuso/exploração sexual e comercial infantojuvenil, culpabilização das vítimas, judicialização dos encaminhamentos e criminalização dos pobres e das/os lutadoras sociais.

Como argumentado na introdução, o GTFH busca conectar, articular, produzir sínteses e avanços no conhecimento construído, interligando o ensino, a pesquisa e a extensão. A extensão, funda-se na sistematicidade da intervenção dialógica dialética, diferenciando-se da pesquisa. A compreendemos como prática social, forma de conectar e relacionar as demandas sociais com a universidade, troca de conhecimento, relação dialética e não unilateral, materializando-se na sistematicidade do diálogo extensionista. Procuramos construir conhecimento socialmente útil, referenciado nas mazelas sociais que precarizam a vida da classe trabalhadora. A relação da pesquisa é constante com a extensão, a produção do conhecimento se constrói particularizando o problema de pesquisa específico e os instrumentos utilizados para responder as perguntas que fazemos, mas também com o diálogo entre o grupo a partir do que aparece no movimento extensionista.

Nossas ações de extensão/pesquisa/ensino objetivam analisar/intervir nas múltiplas determinações que constituem o objeto trabalho e direitos do infantojuvenil naquela comunidade. Para organizar as oficinas extensionistas – que são postas em prática em duas escolas públicas (estadual e municipal) e um socioeducativo – utilizamos os conhecimentos das áreas específicas da graduação dos sujeitos que compõe o grupo<sup>5</sup> para construir, avaliar e pensar tanto as ações da extensão quanto os problemas e questões que encontramos na empiria da pesquisa.

Nossa pesquisa caracteriza-se como qualitativa. Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes (GOMES, DESLANDES, MINAYO, 2009). Durante a pesquisa algumas questões são colocadas como forma imediata – pois pela nossa intervenção na rede de proteção já

---

<sup>5</sup> Neste momento educação física, história, serviço social, geografia, pedagogia.

construímos categorias que emergiram do campo estudado, mas também nos aparecem novas questões. A pesquisa qualitativa nos permite, aproximações e distanciamentos do fenômeno, para reafirmarmos conceitos já encontrados em outras pesquisas, bem como encontrar novas possibilidades de compreensão do objeto estudado.

Como instrumento de pesquisa utilizamos a observação participante, “a participação na intervenção contribui para um aprofundamento na realidade estudada ofertando uma maior riqueza em quantidade e em qualidade de informações” (Malfitano, 2011). Observamos e intervimos nas reuniões da Rede ampliada (RA) – reuniões amplas, com setores da assistência social, educação e saúde, sendo público, privado e filantrópico, das regiões Gloria, Cruzeiro e Cristal - e reuniões da redinha – reuniões menores, neste caso a opção foi acompanhar a redinha Cruzeiro, visto que as escolas e o socioeducativo se encontram nesse território. Essa aproximação com o campo nos aproxima dos sujeitos/serviços que compõe a Rede, nos colocando como atores, mesmo que coadjuvantes daquele processo. Estabelecemos uma relação de pesquisa/intervenção.

E também utilizamos a análise de documentos – expressam e resultam de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos; são constituídos pelo e constituintes do momento histórico (Evangelista, 2009) – tendo como instrumento, técnica de coleta de dados, o diário de campo (DC) – onde sistematizamos tanto as reuniões da RA e Redinha, com debates amplos daquele coletivo e os comentários do grupo sobre as situações, bem como o planejamento, avaliação e análise do trabalho extensionista. Além das reuniões do grupo, e outras pautas. Esse DC constitui-se como uma memória do GTFH. “Um instrumento depositário de notas, impressões, observações, primeiras teorizações, mapas, esboços, desabafos, entrevistas e garatujas de informantes” (Magnani, 1997 *apud* Oliveira et all, 2013). Diário que nos auxilia na formulação de hipóteses, resgata o que foi vivenciado e provoca interlocuções.

Ao longo dos anos optamos por organizarmos entrevistas estruturadas, que realizamos com o coordenador da Rede na época e com o CT que acompanhava este território. Porém compreendemos que as perguntas estruturadas limitavam nosso diálogo entre entrevistador e entrevistado, com respostas curtas e com pouca

reflexão. Dessa forma organizamos entrevistas semiestruturadas que até então não conseguimos dar conta de pô-las em prática, pela dinâmica da Rede que, por quase um ano, ficou com uma coordenação limitada nesse trabalhador que entrevistamos, e também pela dinâmica desta pesquisadora, que assumiu uma residência multiprofissional em saúde mental em 2015, tomando 60 horas semanais e logo após assumiu um concurso público para prefeitura de Porto Alegre. Então essa tarefa permanece e estudantes que assumem a continuidade dessa pesquisa darão conta de prosseguir com esta demanda.

#### **4. SOCIEDADE CAPITALISTA: O CONTEXTO BRASILEIRO**

Para compreendermos o capitalismo no Brasil é fundamental tomarmos como referência Florestan Fernandes e a Teoria do Capitalismo Dependente. Teoria esta que surgiu de discussões e polêmicas na efervescência do período da ditadura empresarial-militar.

Uma parte da intelectualidade brasileira desenvolvia a ideia de que o Brasil teria vivido um passado feudal que deixara resquícios, na figura do latifúndio exportador, aliado do imperialismo. Portanto era necessário se aliar com a burguesia nacional para desenvolver as forças produtivas do país. Florestan (1975) nos ajuda a compreender como o capitalismo no Brasil se desenvolveu.

Assim o capitalismo em nosso continente floresce pela modernização do arcaico ou pela arcaização do moderno, isto é, ao invés de estabelecer uma dinâmica positiva entre seu desenvolvimento e superação do colonialismo, o sistema de produção capitalista adapta as estruturas sociais e econômicas de origem colonial dando vida a classes sociais incapazes de promover a integração nacional porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos, excluindo os demais” (p. 42)

O Brasil, assim como todos os países latino-americanos são resultado da colonização europeia iniciada nos séculos XV e XVI. O sentido da nossa colonização não foi de povoamento, mas sim de abrir e explorar um novo território para aprofundar os negócios da coroa Portuguesa no caso brasileiro, e espanhola nos demais países latino-americanos. O trabalho se desenvolveu com a exploração de mão-de-obra escrava retirada do continente Africano e com o genocídio dos nossos povos originários. Mesmo com mudanças no padrão de acumulação e dominação, as marcas da segregação social, da colonização e da dominação imperialista continuam prevalecendo em nossa estrutura social.

(...) Foi como colônia que se atravessou aqui a etapa da chamada acumulação primitiva de capital, através de um circuito de trocas comerciais desiguais, destinadas a garantir acumulação na metrópole, por sua vez inserida em outros circuitos desiguais de troca na Europa. (...) Com a revolução industrial em fins do século XVIII e a quebra do controle monopolístico do comércio colonial de Portugal no contexto das Guerras Napoleônicas, a colônia (e depois o novo Estado nacional) assumiria também importância crescente como mercado consumidor de produtos industrializados e, progressivamente como mercado para exportação de capitais. (MATTOS, p. 15, 2017)

A monocultura servia para garantir os lucros comerciais da metrópole – Portugal, para essa forma de organizar nossa economia era necessária mão de obra barata superexplorada. Os povos originários, chamados pelos europeus de índios, foram dizimados, pela sua resistência à escravidão. Mattos (2017) nos ajuda a entender que os portugueses que viviam no Brasil também não poderiam conformar a mão-de-obra para desenvolver a monocultura, nada os prenderia à plantation monocultura, pois tinham terras em abundância e poderiam desenvolver a policultura, como camponeses autônomos. Por isso a solução foi importar mão-de-obra para ser escravizada do continente Africano.

Assim, segundo as estimativas mais bem documentadas disponíveis, mais de 5,8 milhões de homens e mulheres de diversas regiões do continente africano foram aprisionados, vendidos como mercadorias e embarcados à força para o Brasil entre os séculos XVI e XIX – quase a metade dos cerca de 12,5 milhões de pessoas trazidas nessas condições da África para as Américas. (MATTOS, p. 16, 2017)

A abolição foi a oportunidade para resolver o problema da segregação social, mas não foi feita, pois se deu dos brancos para os brancos. E a solução do Estado brasileiro foi a imigração maciça de trabalhadores pobres da Europa, para garantir um salário baixo, e miscigenação da população que era majoritariamente negra. E os negros foram marginalizados e jogados para as periferias das cidades.

Nosso país, apesar de passar por diversos movimentos de revoltas sociais ao longo dos seus mais de 500 anos de história contada, não viveu uma revolução social, o desenvolvimento do subdesenvolvimento do capitalismo brasileiro foi fruto de adaptações e se dinamiza através da relação entre a burguesia internacional e a burguesia nacional. Florestan diz que as mudanças no Brasil se dão de maneira estrutural e institucional, sempre de cima para baixo.

A burguesia nacional não enfrenta as elites internacionais, atua como mediadora, transferindo o ônus referente a expropriação das classes médias e baixas. Ainda hoje

vemos padrões de acumulação desse tipo, na expropriação de terras de indígenas, quilombolas e comunidades nativas; no trabalho escravo ou semiescravo, no campo e na cidade; no amplo trabalho informal; na superexploração do trabalho infantil e de setores historicamente oprimidos como as mulheres, negros e negras; e principalmente, formas precárias de organização do trabalho.

A revolução burguesa brasileira se conclui como uma contrarrevolução permanente, pois ela não resolve e não permitirá que se resolvam os problemas de formação social do país. Esses problemas passam a ser parâmetros da situação. A partir de 1964 foi banido leituras de compreensão da conformação social do Brasil, minha geração não acessou Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Rui Mauro Marini, entre outros. Portanto ficamos com uma lacuna na compreensão do que é o nosso país. Esses sujeitos nos ajudaram a entender qual era nossa formação e a luta da sociedade em dois sentidos, de buscar ter o mínimo de direitos e civilidade e ter o mínimo de autonomia em relação ao capital internacional. Pois nosso capitalismo, conforme Florestan, é antissocial, pois depende da reprodução da segregação, é antinacional, porque depende do capital internacional, e é antidemocrático, pois a democracia se restringe a representatividade em eleições e não em participação constante das principais políticas implementadas.

Na história da formação social do Brasil, nunca chegamos a constituir plenamente um Estado de Bem-Estar social, dado que:

“[...] do binômio matricial industrialização-urbanização no capitalismo periférico e escravocrata brasileiro não saiu um pacto redistributivo entre capital e trabalho, com integração social pela via dos direitos. [...] Na época em que tal pacto fez um tímido ensaio, ele foi abruptamente interrompido por um golpe de Estado civil-militar. Os ecos desse golpe ainda ressoam não só na chamada “segurança pública”, que hoje tem feição de guerra declarada contra os pobres, mas em outros setores tecno-assistenciais do Estado brasileiro, em âmbito federal, estadual e municipal. Essa ressonância se deve ao fato de que a ditadura civil-militar de 1964-1985, conquanto tenha sustado o pacto redistributivo, tocou para a frente a modernização retardatária brasileira, e o fez em bases rigidamente conservadoras, engendrando uma formação social ornitorrítica em que vetores socioeconômicos supostamente arcaicos e atrasados revelaram-se não como entraves às engrenagens do desenvolvimento capitalista, e sim como seus componentes motores.” (BRITO e OLIVEIRA, 2013, p. 66)

Por um lado, a classe organizada construiu o Projeto de Desenvolvimento Nacional (PDB) dirigido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que na época fazia a leitura da necessidade de conformar alianças com a burguesia nacional para libertar o

Brasil do imperialismo. Esse projeto foi derrotado com a imposição da ditadura empresarial-militar e com a derrota das guerrilhas. E no processo de luta e crítica ao período de fechamento do regime construiu-se um novo projeto, que também nasce das lutas sociais e com a chamada redemocratização, a estratégia democrático-popular surge na década de 1980 e é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Para compreendermos o estágio que nos encontramos hoje é fundamental entendermos a implementação do neoliberalismo no Brasil com Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e sua continuidade e aprofundamento com os governos ditos populares de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef e seu estágio agonizante após o golpe jurídico-midiático-parlamentar com Michel Temer.

Compreender a situação das famílias, crianças e adolescentes atendidos pelo serviço da Rede perpassa a necessidade de resgatar a nossa trajetória histórica. O Brasil, assim como os demais países periféricos, não estiveram, nem estão, à margem do capitalismo, pelo contrário, o integram e cumprem uma função essencial na divisão internacional do trabalho. Portanto, de maneira desigual e combinada, acompanham as mudanças transcorridas no sistema mundial.

Dentro de contextos de desigualdade social extrema, de desemprego estrutural, de retirada paulatina dos direitos sociais, de um processo de reversão neocolonial se encontram nossas crianças e as diferentes infâncias vividas numa sociedade de classes. As infâncias no Brasil são diversas, e afirmamos que para a classe trabalhadora, principalmente aquelas que estão no subemprego, no emprego precário, no desemprego, que vivem nas periferias do país é uma infância, que não raro é mutiladora.

Ainda precisamos encarar os dois problemas básicos, a segregação social – dela decorre o racismo, arbitrariedade, truculência – e o problema do colonialismo. Essas duas questões não foram resolvidas até hoje, são mascaradas, modificadas, assumem novos véus, e são empurradas para frente e para baixo formando uma panela de pressão, esse é o nosso estágio atual, a revolução silenciosa se gesta.

## **5. A PROTEÇÃO AO INFANTOJUVENIL**

Um dos primeiros movimentos de proteção às crianças acontece em plena Revolução Industrial que colocava como condição para o emprego da população até 15



anos de idade a instrução escolar. Em 1923 até 1941 cria-se o Juízo de Menores (decreto nº 16272), é nesse momento que o menor começa a ser qualificado dentro de características morais, sociais, físicas, afetivas, e era responsabilidade de um médico diagnosticar este jovem com personalidade normal ou patológica. No início da década de 1970 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) proíbe o trabalho infantojuvenil e aumenta o número mínimo para 16 anos. Em 1979 surge o Código do Menor dando um foco maior às políticas sociais à criança, mesmo com esse avanço, o conceito menor como inferior e incapacitado permanece.

A Rede de Proteção se constituiu após a Constituição Federal de 1988 (CF), quando a assistência social passa a ser uma política pública, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei nº 8742/1993. Temos garantido pelo art. 227 da CF/1988 que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Crianças e do Adolescente (ECA<sup>6</sup>) é sistematizado em 1990 e regulamenta esse artigo constitucional. Art 1. *Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.* Afirma crianças e adolescentes não mais como “menor”, mas como sujeitos de direitos.

Prescreve a proibição do trabalho para crianças e a possibilidade de trabalho protegido para adolescentes; apoio socioeducativo em meio aberto; ações que tenham por base o trabalho educativo; aprendizagem profissional. Ainda, associamos o direito a educação básica como dever do Estado dos 04 aos 17 anos (LDBEN). Articulando o direito à educação formal, a educação não-escolar com o socioeducativo e a proibição/proteção ao trabalho.

No seu art. 86 refere-se a política de atendimento ao infantojuvenil ao qual denominamos Rede de Proteção.

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-

---

<sup>6</sup> Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.  
(BRASIL, 1990)

A Rede de Proteção é um espaço onde os serviços essenciais, da saúde, da educação e da assistência social, organizações não-governamentais, organizações religiosas se reúnem em rede ampliada (RA) e microrredes para articular e operacionalizar as políticas de proteção ao infantojuvenil. A sua função social é garantir o funcionamento do Conselho Tutelar (CT), bem como dialogar com a sociedade civil. Motti e Santos nos ajudam a pensar no conceito de rede, como:

(...) uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma “teia social”, uma malha de múltiplos fios e conexões. É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (institucionais), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes. (Motti & Santos, 2006).

Pela importância que a Rede assume no contexto da proteção social e da garantia de direitos ao infantojuvenil é que nos dispusemos, enquanto grupo, a acompanhar esse espaço. As linhas a seguir serão sínteses, não fechadas, mas em processo constante, de um acúmulo coletivo.

## **5.1 O ACOMPANHAMENTO NAS REUNIÕES DE REDE AMPLIADA (RA) E MICRORREDES (REDINHAS)**

Essa pesquisa irá retratar acúmulos coletivos que iniciam com a existência do grupo e nosso trabalho na microrregião 5. Porém o recorte de análise será a partir da minha inserção nas reuniões de RA e redinha que iniciaram em outubro de 2012. Participamos a partir desse momento até julho de 2016 de 17 reuniões de RA e 22 reuniões de redinha, totalizando 39 reuniões.

A Rede de proteção tem se configurado como um espaço frágil na garantia de direitos ao infantojuvenil. Para exemplificar tomaremos dois casos graves que foram relatados e debatidos na redinha de julho de 2016 (DC, 2016). Uma menina de nove anos, com suspeita relatada por uma trabalhadora da assistência social, de abuso pelo padrasto traficante. Ela tem mais três irmãs que sofrem violência. A mãe não faz a denúncia. E os serviços debatiam sobre como denunciar o caso, o limite da escola para realizar a denúncia, pois necessita de autorização de pelo menos um responsável, se o padrasto é o abusador e a mãe tem receio de denunciar, como fazer? A burocracia dessa situação impossibilita a escola de agir. A assistência social está com medo de retaliação,

pois o serviço de convivência já sofre ameaças do tráfico, uma educadora social foi intimada dentro do local de trabalho. O debate ficou em torno de como denunciar sem identificar o serviço. Pelo ‘Disque 100’ ou via posto de saúde? Percebemos o tráfico como mais uma ameaça a proteção daquele sujeito e aos trabalhadores dos serviços.

Outra situação, com os mesmos atores – família, sujeito violador, sujeito violado, rede, tráfico – relato do DC de maio de 2016. Uma menina de 15 anos, foi mantida em cárcere privado pelo namorado, que a explorava sexual e comercialmente. Os pais dela queriam emancipá-la para que ela pudesse casar com esse namorado/abusador. Ela conseguiu escapar, após sofrer tortura e foi para um hospital público. A rede foi acionada através do serviço de saúde. Junto com a assistência social retornou para casa, o tráfico proibiu a entrada desse namorado que não mora na comunidade. Então aparece como ajuda. Mas ficou o questionamento, e se esse namorado fosse da região ou estivesse envolvido com esses traficantes, a “ajuda” seria feita?

Duas situações de violações graves, que se colocam em dois momentos, uma enquanto ameaça e outra enquanto auxílio a Rede. Esses exemplos nos ajudam a perceber a existência de limites na organização desse espaço e dos serviços protetivos que ficam à mercê do poder paralelo.

Temos visto uma rede invisível (Guterres, 2009) que confunde a operação das políticas pelos indivíduos que compõe aquele espaço e não pelos serviços. No debate na reunião de RA de outubro (DC, 2013) os trabalhadores organizavam o calendário para as férias e em janeiro e fevereiro a Rede não iria se reunir – prática que se repete todos os anos – por conta das férias dos trabalhadores que representam os serviços. Para casos urgentes usariam contatos pessoais por telefone. A Rede é feita por serviços, obviamente mediada por sujeitos, mas quando esses sujeitos saem de férias ou estão impossibilitados de participar por quaisquer que sejam os motivos, a Rede precisaria continuar funcionando, e para isso deveriam ter outros profissionais para assumir essa responsabilidade. Nesse sentido é importante colocar que os trabalhadores não têm carga horária prevista para assumir as responsabilidades desse espaço, além dos serviços terem o problema estrutural de falta de recursos humanos.

Em reunião de redinha em maio (DC, 2013) observamos outro grave problema. Uma professora faz críticas ao CT por dar retorno, sobre determinado caso, com poucos elementos. O CT diz que não colocará maiores informações nos documentos oficiais, pelo sigilo. Afirma: “esses casos são debatidos em conversas, reuniões, por e-mail”, ainda, “liguem para mim”. Os trabalhadores insistem na ideia do e-mail. Em outra reunião da redinha um trabalhador fala que por vezes se sente solitário e sente necessidade de conhecer o fluxo dos encaminhamentos (DC, 2014). Percebemos que existe um limite no sigilo dos casos e no compartilhamento de informações que são fundamentais para a compreensão da totalidade da situação pelos serviços. Os debates por e-mail facilitam a memória, mas mesmo assim, acreditamos que os documentos oficiais são a forma mais sigilosa e confiável para que o poder público possa acessar o caso de forma mais fidedigna quando necessário.

Identificamos um esgarçamento da rede (Fonseca, 2006), desinformações dos fluxos, perda dos prontuários. Não existe um banco de dados online para facilitar o trabalho e ter uma proteção um pouco mais cuidadosa dos casos. Os trabalhadores buscam criar mecanismos para auxiliar o trabalho e a proteção dos sujeitos envolvidos, mas não raro, o CT perde os prontuários físicos, encontramos relatos com essa questão (DC, 2013, 2016). Relato um caso grave. Pais dependentes de crack, com seis filhos, quatro deles sendo cuidados pela avó e o outro pai. Estavam usando a substância na presença de dois bebês dentro de casa. Uma das crianças que estava com a avó sofreu um acidente, e um dos bebês caiu de um barranco, o hospital avisou o CT. O CT perdeu as documentações do caso (DC, 2014).

Em reunião de rede em novembro de 2013 os serviços organizaram um documento de crítica ao CT que iria ser entregue para o Ministério Público<sup>7</sup> (DC, 2013). Nesse documento constava a dificuldade em articular com o CT; quebra de sigilo que coloca em risco os profissionais; perda dos documentos; ausência de retornos; falta de qualificação permanente.

Esses elementos fazem com que a criança e o adolescente, vítima de todas essas violações<sup>8</sup>, sofram novamente uma violação quando encontram o espaço protetivo

---

<sup>7</sup> Não foi entregue, pois o CT se comprometeu a participação assiduamente das reuniões.

<sup>8</sup> Categorizamos, a partir do que apareceu nas reuniões de Redinha as seguintes violações: violência física, violência psicológica, violência sexual, infrequência escolar, infrequência no sócio

desarticulado, precarizado, com limites estruturais e de recursos humanos, muitas vezes, reprimindo o fluxo dos encaminhamentos, dificultando a resolução dos casos. Esses problemas geram o fenômeno da revitimização, pois as famílias e o sujeito violado passa por diversos serviços tendo que repetir sua história traumática. Todos esses problemas produzem o que conceituamos como uma dupla violação de direitos (Trindade, 2009).

As políticas protetivas – escola, SASE e trabalho educativo – de fato, não protegem e, não raro, sua precarização é tamanha que as compreendemos como outra violação, uma dupla violação de direitos. Nossas observações e pequenas investigações na relação entre SASE e trabalho educativo, e escola; políticas da assistência social e da educação, demonstram desarticulação entre essas esferas da instituídas para a proteção integral, há desconhecimento dos papéis e, às vezes, uma disputa entre instituições sobre o infante-juvenil que deveria ser acolhido. (FONSECA, PERGHER E NISHIMURA, 2012, P. 83)

Os exemplos são inúmeros, escolhi alguns para podermos enxergar a dimensão do problema. Retirado do DC de agosto (DC, 2013). Um menino, vive com a avó e o tio que é usuário de drogas, e tem vendido tudo que tem em casa para manter sua dependência, ameaçando a vida da criança e da avó. Essa avó procurou proteção em quatro lugares diferentes, sem resposta ou solução. Sofre a revitimização e a dupla violação. Outro exemplo, (DC, 2016). Uma menina que perdeu a mãe ano passado e tem um pai negligente, que quer deixá-la para acolhimento institucional. A menina procurou o posto de saúde para apoio psicológico, pois trabalha em casa com tarefas domésticas e de cuidado dos irmãos, mas por não ter referência familiar não consegue se cadastrar no serviço. A menina percebe que não tem saúde mental para assumir as tarefas de um adulto, corretamente procura auxílio e não encontra pelos limites burocráticos.

Contabilizamos 153 casos de violações de direitos e mais de 200 situações de violência que aparecem nas reuniões que frequentamos da RA e Redinha. Dentre elas, violência física (24 situações); violência psicológica (15 situações); infrequência escolar (50 situações); tráfico de drogas (12 situações); saúde mental (12 situações); violência sexual (11 situações); situação de rua (21 situações); infrequência no socioeducativo (13 situações), trabalho infantojuvenil (10 situações); exploração sexual (3 situações); acolhimento/abrigagem (9 situações); saúde física (7 situações); problemas na escola (8

---

educativo, infrequência no serviço de saúde, tráfico de drogas, saúde mental, situação de rua, exploração do trabalho infantojuvenil, exploração sexual e comercial, acolhimento/abrigagem, saúde física, problemas na escola, cárcere privado e passagem pela FASE.

situações); passagem pela FASE (2 situações); infrequência nos serviços de saúde (1 situação); cárcere privado (1 situação). Sabemos, pela experiência nos trabalhos de extensão, e pela prática cotidiana em uma escola da rede municipal, que este número de casos e de situações estão subestimados, certamente o número é maior.

Percebemos que tanto o trabalho infantojuvenil, como a exploração sexual de crianças e adolescentes tem um número muito baixo de denúncias. Em março de 2013 (DC, 2013) o Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual afirmou que há silenciamento da família, da sociedade e dos órgãos públicos, em 2012 foram 89 casos notificados e afirmaram que esse número é maior. E ainda que 78% das crianças abrigadas sofrem algum tipo de violência. Nessa mesma reunião uma policial do DECA disse que entre 2011/2012 foram registrados no Rio Grande do Sul (RS) 8 mil casos de abuso sexual, em Porto Alegre uma média de 1 mil casos.

Motti e Santos trabalham com a ideia de que a Rede de Proteção Social deve alcançar resolutividade, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, não revitimização, redução do número de crianças, adolescentes e famílias envolvidos com a violência. E que a Rede deve proporcionar conhecimento crescente, mapeamento e organização dos serviços, das ações, dos programas e projetos por nível de complexidade, fortalecimento do sistema de garantia de direitos, construção de fluxos.

Essas questões se colocam no campo ideal, se partíssemos da ideia de que as políticas acontecem independente dos diferentes governos, tivessem continuidade, fosse prevista carga horária para os trabalhadores compor as reuniões de RA e redinha com assiduidade, houvesse estrutura física e de recursos humanos, poderíamos exigir essas questões apresentadas pelos autores. A Rede é feita por sujeitos que estão vivendo ano após um ano um processo de desmonte dos seus serviços. Garante-se na lei proteção social, educação básica obrigatória, acesso a saúde integral, mas o que temos visto é a constante retirada de direitos, agora com o projeto de ementa constitucional nº 55/2016 que prevê congelamento de gastos em 20 anos para os serviços essenciais (saúde, educação, assistência social).

## **5.2 A DUPLA FACE DO TRABALHO**

O trabalho, na perspectiva do materialismo histórico dialético, possui duas dimensões concomitantes, por um lado ontológico, enquanto fundante do ser social e

por outro na sua dimensão histórica, como ele se materializa no modo de produção da vida, nesta quadra histórica, a forma exploração.

O homem nasce enquanto parte da natureza, mas são suas relações sociais que o transformam em ser humano. Foi através do ato de trabalhar, de produzir sua própria existência, que possibilitou que a humanidade se diferenciasse do restante dos animais. Suas ações, pensantes, para além do instinto, transformando a natureza em benefício próprio e passando de geração para geração o conhecimento acumulado. São esses atos que permitiram a evolução da nossa espécie, construindo novas e diferentes formas de nos relacionarmos e nos organizarmos em sociedade. Esse processo de acumulação é constante e contraditório.

Nesse sentido o trabalho aparece como valor de uso, enquanto princípio educativo. Ao transformarmos a natureza, num processo intencional, planejado e pré-idealizado nos diferenciamos dos animais que agem por instinto, que se utilizam da natureza para a necessidade imediata. O ser humano, através de sua evolução, não só utiliza os bens naturais, como os domina, os transforma e os coloca a seu serviço. Engels nos ajuda a compreender esse processo, ao afirmar que:

(...) nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (Engels, p.29, 2004)

O trabalho tem um caráter educativo, portanto pode tornar-se emancipador. Somos parte desse todo complexo e mesmo “dominando” a natureza, nossas ações têm consequências importantes. O mesmo ato que nos torna seres humanos, assume um caráter histórico, condicionado as forças produtivas do modo de produção da vida, hoje expresso no capitalismo.

Nesse modo de produção o trabalho é valor de troca, mercadoria. Assume um caráter alienador. O ser humano ao produzir sua existência está alienado do processo e do produto daquilo que cria/produz/constrói. Vende sua força de trabalho a um determinado valor, caracterizando-o no seu momento histórico como assalariado, mutilador da vida.

A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe (Marx & Engels, 2008). No capitalismo houve uma modificação das classes em conflito, criou novas formas de exploração, opressão, mas não resolveu o problema da luta de classes, pelo contrário, criou novos sujeitos:

Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (Marx & Engels, p.9, 2008)

No desenvolvimento capitalista as relações modificaram-se na sua aparência, confundindo ainda mais os trabalhadores explorados, porém a contradição trabalho/capital permanece. Nesse sentido após a crise de 1970 o mundo viveu uma reestruturação produtiva colocando para os países do mundo uma nova forma de organizar o trabalho, agora mais flexível, desregulamentado, para isso houve um rearranjo político, social e cultural. Temos vivenciado um novo momento de crise aguda, dentro de uma crise estrutural (Mészáros, 2009) e diversos desafios para compreendermos o fenômeno da proteção integral ao infantojuvenil numa sociedade de classes. Fonseca nos ajuda a compreender esse processo de reestruturação produtiva:

(...) a produção toyotista de formato flexível, em contraposição à rigidez do fordismo/taylorismo; financeirização internacional e reajustamento político, social e cultural acompanham a emergência da nova racionalidade tecnológica que, associada à ideologia neoliberal, compões os alicerces estruturais do novo padrão de acumulação. A expressão flexível envolveu processos de trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo; fortaleceu desigualdades existentes no padrão de desenvolvimento entre setores e entre regiões, potencializou o setor de serviços. Flexíveis também se tornam as relações de trabalho, em detrimento da regulação existente. (FONSECA, 2010)

A flexibilização do trabalho ainda está em curso e torna-se cada vez mais comum, trabalhos terceirizados, informais, autônomos, contrato de zero hora, uberização do trabalho. Os direitos sendo retirados e o capital com uma nova forma de acumular, através da despossessão e da espoliação do fundo público (Harvey, 2004).

O capital busca sair das crises fazendo com que os trabalhadores sofram as consequências. E certamente as famílias que a Rede de proteção atende, de periferia, que vivem já um grave quadro de descaso do poder público irá ser o principal afetado por essas mudanças estruturais.



Nesta sociedade as crianças e os adolescentes são sujeitos que sofrem mais exploração e precarização da vida, pois são capazes de baratear o custo das mercadorias e dos serviços. Caracterizamos o trabalho infantojuvenil como:

Toda prática laboral – formal ou informal – realizada por crianças e adolescentes, menores de 18 anos, sem caráter educativo, desrespeitando os limites do sujeito, com riscos diretos ou indiretos, como estratégia de sobrevivência, remunerada direta ou indiretamente, desenvolvida em casa ou na rua, caracterizando exploração da força de trabalho. E, mesmo quando travestido de ajuda, a forma de trabalho explicita marcas de classe, etnia e gênero. Compreendendo que a contradição principal do fenômeno crianças e adolescentes inseridos de forma precoce e/ou desprotegida no mundo do trabalho está no enfraquecimento da potencialidade ontológica dessa forma de trabalho, isto é, quando fazemos o corte geracional, o trabalho, categoria fundante do ser social e cuja centralidade determina a vida humana, torna-se mutilador do presente e do futuro; não raro, reproduzindo vivências familiares. (FONSECA, 2010)

Trabalhamos com sujeitos imersos em situações precárias de existência: moradia/saneamento, transporte, lazer, saúde, espaços de cultura, escola, socioeducativo e formação profissional.

Por isto, refutamos a ideia de “vulnerabilidade pessoal e/ou social”, expomos este como um tempo de múltiplas/duplas violações de direitos. Porque temos um Estado que, ao fazer a opção pelo mercado, subordinado à ideologia neoliberal, avança no papel de mediador na produção de superpopulação relativa. Enfatizamos, além de assegurar ao capital a superexploração da força de trabalho na produção de sua vida, a expropriação do fundo público espolia direitos sociais, repercutindo de forma imediata e mediata na reprodução da vida, incluindo crianças e adolescentes. (FONSECA, 2013)

Para auxiliar, um exemplo (DC, 2016), uma menina que já tem tarefas domésticas cotidianas, diárias, de cuidados com a irmã e limpeza da casa. Tornando o trabalho uma rotina, tirando tempo de brincar, estudar, de ter uma infância. Nesse sentido há que fazer uma tensão entre ajuda e exploração do trabalho. Outro indício de exploração do trabalho domiciliar “nos fins de semana ganha dinheiro do padrasto para trabalhar na padaria e que por isso descansa pouco (DC, 2013).

Fonseca *apud* Lugo (2012) aponta para existência de uma economia paralela, reflexo da extrema desigualdade em torno da exploração do trabalho infantojuvenil. Mapeia condições que agravam a precariedade da vida como: começar a trabalhar muito cedo, jornadas de trabalho extensas, estresse físico, social e psicológico, salário inadequado, responsabilidades incompatíveis com a idade, prejuízo ao acesso/permanência à escola, mina a autoestima e a dignidade.

Outra reflexão importante que fazemos é quando o trabalho educativo (através de projetos do governo) tornam-se um mecanismo de exploração barata e aumento de mais valor para as empresas. A exemplo tomamos o PROJOVEM (DC, 2013), que naquele ano fez parceria com o MC Donalds para primeiro emprego. Os adolescentes deveriam estar em programas de aprendizagem previstos pelo ECA e não em emprego formal mascarado de educativo. Além disso o projeto previa desenvolver habilidades e competências, conceito encontrado em documento do Banco Mundial para educação dos países subdesenvolvidos, deixando explícita a ideia não de formação humana, de desenvolver múltiplas capacidades, mas sim formar capital humano<sup>9</sup>.

Ainda o projeto Vira Vida do SESI (Sistema S), ofereciam profissionalização para jovens de 16 a 21 anos que sofriam abuso e exploração sexual. Para ingressar no projeto deviam ter até a 5ª série completa. O objetivo era encaminhá-los para o mercado de trabalho (como auxiliares administrativos, mecânicos, etc). Os jovens receberiam um incentivo de R\$400,00 mais R\$100,00 para poupança e poderiam retirar esse valor ao final do curso, e mais vale alimentação. Aqui nos questionamos, se o projeto se insere num programa de proteção porque tinham critérios de seleção relacionados a escolaridade?

Exemplificamos um projeto de governo com parcerias com o setor privado e outro vinculado diretamente ao setor privado – que ao fazer filantropia recebe bons descontos de impostos e o caráter educativo ou explorado desses projetos. Podemos pensar nos trabalhos que são oferecidos para jovens pobres, todos eles vinculados ao trabalho manual. Como esses dois projetos poderiam auxiliar esse sujeitos nos traumas sofridos e nas violações constantes de direitos? Não deveria ter junto ao trabalho momentos de formação, que não se restringissem a aprender uma técnica?

É fundamental fazermos a reflexão sobre o trabalho enquanto fundante do ser social, como educativo, que deve ser desenvolvido na infância e na adolescência como prática pulsante de vida e a exploração do trabalho infantojuvenil, quando se torna rotina, mutilador de infância, como renda adicional para a família. Percebemos uma culpabilização constante das famílias pelos serviços, dos serviços pelas famílias e

---

<sup>9</sup> Para o debate de capital humano olhar os estudos de Gaudêncio Frigotto.

esquecem um ator fundamental, que se torna invisível nas discussões e reflexões coletivas, o Estado.

Essa reflexão é fundamental para enxergarmos que a proibição da exploração do trabalho infantojuvenil se dará somente quando as condições sociais dos adultos, das famílias forem dignas de não apenas sobreviver, mas de realização e produção de vida.

### **5.3 A VIOLÊNCIA DE ESTADO**

Percebemos ao longo da pesquisa, das reflexões da extensão, que faltava um conceito que pudesse dar conta de compreender a totalidade dos problemas encontrados. Ao caracterizarmos os serviços, por vezes, poderíamos culpabilizar os trabalhadores, ao caracterizarmos as comunidades e famílias da mesma forma poderíamos interpretar como única ou principal responsabilidade dos pais/cuidadores. Certamente não podemos negar a interferência desses na criação de seus filhos, mas existe, anteriormente às violações, situações as quais as famílias estão expostas que contribuem, por vezes, direcionam caminhos que violam a infância de seus filhos.

Portanto, é fundamental compreendermos o papel do Estado como o principal agente responsável pela banalização das vidas, pela exploração do trabalho infantojuvenil, pela dupla violação de direitos, pelo esgarçamento e invisibilidade da Rede, pelo adoecimento dos trabalhadores, operadores de direitos, pela precarização e privatização dos serviços.

O Estado burguês, enquanto órgão de dominação de classes está, em maior ou menor grau – dependendo das situações políticas e econômicas do país – privando milhões de crianças a usufruírem suas infâncias. Está contribuindo para a barbárie social fazendo com que cada vez mais, ao não encontrarem outra alternativa, trabalhadores procurem saídas no tráfico de drogas e no crime organizado.

Para compreendermos o conceito de Estado, Engels em “A origem da família da propriedade privada e do Estado” nos ajuda:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, a “realidade da ideia moral”, “a imagem e a realização da Razão” como pretende Hegel. É o produto da sociedade numa certa fase do desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contraditórios, não se entre

devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando porém, por cima dela se afastando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2010)

O Estado é composto por estruturais sociais de consenso e de coerção, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, (Mattos, 2017 *apud* Gramsci). Estruturas que fundamentam o funcionamento e perpetuação do status quo. Contraditoriamente temos uma regulação um tanto progressista frente a nossa história de subordinação ao imperialismo, e ao mesmo tempo vemos um constante massacre dessas conquistas, um impedimento de implementação da lei com rigorosidade.

O Estado é, portanto, um organismo de comando da burguesia e cumpre dois papéis básicos, um deles é reproduzir a relação capital/trabalho, defender a propriedade privada e disciplinar o trabalho e o outro é impor limites ao capital, limites burgueses. Porque o capital destrói a sociedade e é necessário um mecanismo regulador para proteger o capitalismo do capital. No Brasil vemos que os limites são ainda violados, um exemplo recente é a empresa mineradora Samarco que se quer foi julgada e responsabilizada pela tragédia que deixou em Mariana/MG em 2015 após duas barragens serem rompidas causando o maior desastre ambiental da história do país.

O trabalho de pesquisa e ação extensionista iniciaram em 1998, no governo neoliberal de FHC, acompanhamos os 14 anos de democrático e popular. Podemos afirmar que não houve modificação consubstancial e estrutural nas políticas públicas de proteção à infância e ao adolescente. Vimos um aumento das parcerias público privada, das organizações não-governamentais<sup>10</sup> e das instituições religiosas no Conselho Tutelar, parte da estrutura de consenso do Estado. Além disso uma crescente militarização e criminalização das periferias com os Territórios da Paz, parte da coerção do Estado, além dos braços paralelos do Estado que são ainda mais invisíveis e requereria pesquisa séria e protegida.

Para fazer essa discussão pegaremos o exemplo da Copa do Mundo FIFA, que foi realizada no Brasil em 2014. Esse megaevento causou diversos transtornos para a região, para aumentar a avenida Tronco foi necessário expropriar moradias, negociar aluguel social ou um valor determinado para que os moradores da avenida fossem para

---

<sup>10</sup> Dados da governança (DC, 2013) dizem que há na região 40 ONG's.

outros locais. Este problema persiste até os dias de hoje, pois diversos moradores não receberam aluguel social ou receberam por um tempo e hoje não recebem mais, outros tantos foram colocados em regiões diferentes, longe dos seus trabalhos, além de ignorar o pertencimento das famílias ao território.

Em abril de 2013 (DC, 2013) o CT enviou pessoas para Fortaleza/CE para participar dos jogos da copa das confederações, pensando em identificar mecanismos de proteção para auxiliar na organização da Rede em Porto Alegre. Nunca tivemos retorno sobre essa ida, governança não fez esse repasse sobre os elementos encontrados para a Rede. Ainda, os serviços organizaram seminário que debateria ECA e a Copa, trabalho infantojuvenil e Copa e ambos não aconteceram porque a governança não liberou recursos para o seminário ser realizado. Ainda, a governança chamou somente o CT para debater impactos da copa do mundo na proteção às crianças e aos adolescentes, todos os outros serviços que atendem esses sujeitos foram banidos das discussões. O CT foi para uma sede nova, saindo de um espaço próximo aos serviços de saúde e educação do território, colocando ele numa avenida distante, dificultando o acesso dos serviços. Um trabalhador da saúde relatou: “terão dificuldade em participar das reuniões na nova sede, pelo deslocamento, nem todos têm passagem de ônibus e não recebem passagem extra para além do deslocamento casa-trabalho-casa, então teriam que tirar dinheiro do próprio bolso para participar das reuniões no CT” (DC, 2014). Qual o sentido de modificar a sede do CT se dificultará a participação dos serviços, e a ideia de Rede, de trabalho coletivo, de articulação entre os serviços como fica? Ainda fizeram uma reunião para debater o plano federal para Copa do Mundo. Haveria funfest na região e a prefeitura não garantiu estrutura dos serviços para a região das festas e os serviços tiveram que se auto organizar para dar conta de uma mínima proteção nesses espaços (DC, 2014). Após a Copa não tivemos acesso aos números de casos de trabalho infantojuvenil e exploração sexual e comercial das crianças e adolescentes da região.

Todos esses elementos configuram como uma violência permanente do Estado brasileiro. Organizaram um megaevento esportivo, utilizaram verba pública para construção de estádios e estruturas que hoje verificamos como grandes “elefantes brancos” e além disso, constituíram um espaço violador de direitos às famílias, ao expulsá-las do seu território e local de moradia, ao não garantir proteção às crianças e adolescentes das regiões, sabemos que o turismo sexual é forte no país, e para além

disso, boicotaram iniciativas dos serviços de proteção que se dispuseram a enfrentar essa realidade.

A partir do golpe jurídico-midiático-parlamentar com a saída de Dilma Roussef e assumindo a presidência Michel Temer, sofremos sucessivos golpes<sup>11</sup> em nossos direitos adquiridos com a redemocratização. Percebemos a intencionalidade do Estado capitalista na produção de um exército de reserva, na superexploração do trabalho com o aumento da terceirização e flexibilidade dos direitos trabalhistas, reforçando o papel subalterno e dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Antes da aprovação da reforma trabalhista já encontrávamos trabalhos terceirizados nos serviços de proteção, como contratados, estagiários, voluntários. Colocando trabalhadores contra trabalhadores, dificultando a organização pelas diferentes formas de contratação, pois cada um recebe um salário, tem ou não direitos de seguridade. Causando um desconforto constante nos serviços. Mas com a aprovação da contrarreforma trabalhista passaremos a ter 80% do trabalho terceirizado no país, isso significa maior rotatividade, impedimento para mobilizar e lutar por seus direitos, pois pode ser demitido a qualquer momento, a negociação entre a chefia e o trabalhador poderá ser mediada sem o cumprimento das leis trabalhistas.

Estamos enfrentando no país um novo patamar de acumulação capitalista, o Brasil está se colocando como um polo atrativo de capitais através da superexploração da sua mão de obra, atraindo investimento com salários de 1 dólar por dia (padrão chinês), através da venda da nossa riqueza, como o processo de privatização da Petrobrás, Eletrobrás, Infraero, e os leilões do pré-sal. Vivemos o que Plínio de Arruda Sampaio Jr. chama de reversão neocolonial. Com essas modificações na estrutura trabalhista, da previdência, ao nos tornarmos atrativos para o capital externo, o nível de vida dos brasileiros irá rebaixar. Hoje temos 13,4 milhões de desempregados, 27 milhões de trabalhadores em situação de subemprego, e a tendência é piorar. E a situação das famílias que atendemos, a situação dos serviços da Rede de Proteção sofrerá (já está sofrendo) com essa escolha dos governos em tornar o Estado mínimo para os direitos sociais e máximo para o capital.

---

<sup>11</sup>Aprovação da contrarreforma trabalhista; aprovação da EC 95 do corte de investimentos; aprovação da lei geral da terceirização; e tramitação da contrarreforma da previdência social.

## 6. CONSIDERAÇÕES A MODO DE CONCLUSÃO

A partir da participação dos espaços da RA e redinha, do trabalho de extensão e da discussão coletiva é possível afirmar que os diversos programas de atendimento à comunidade são ineficazes e perpetuam as sucessivas violações de direitos à infância, à adolescência e à família. Segundo Scheinvar (2009) a prática da política social no Brasil tem sido um espaço de reprodução da pobreza por meio da produção da exclusão social. Exclusão que se materializa através das múltiplas violações de direitos. O cenário que vemos no Brasil, no que se refere às políticas de atendimento aos infantojuvenil se pauta no 'mundo das línguas dominantes' (Scheinvar, 2009) de modo que os mecanismos de controle social produzem subjetividades capitalísticas desde a infância.

As políticas públicas encontram diversos problemas e limites para concretizar a proteção à criança e ao adolescente. Limites que esbarram em questões vinculadas a estrutura de trabalho, falta de recursos humanos, diversas formas de vínculo empregatício dificultando a organização desses trabalhadores para reivindicar direitos. Os setores se articulam informalmente, retirando carga horário de trabalho, pois como dito anteriormente, não há carga horária prevista para compor as reuniões da RA e redinha. Ao não terem um banco de dados online para garantir sigilo dos casos, tornam ainda mais frágil a proteção.

Elementos importantes surgem do empírico para refletir sobre a relação com o CT, parte dele dirigido hoje pela Igreja Universal do Reino de Deus. Num Estado dito laico, como mediar a moral religiosa com os direitos à infância? Uma trabalhadora chega a afirmar “não respondem a dois Deuses, Bíblia e ECA, respondem à Bíblia” (DC, 2013). Prontuários físicos perdidos, relação direta de alguns conselheiros com o “poder paralelo”, falta de formação permanente, em muitos momentos não compunham as reuniões de Rede, precisando os serviços ameaçar enviar documento ao MP para que retornassem a participar.

Outro elemento importante são as políticas de governo em detrimento das políticas de Estado, não há continuidade dos projetos e programas de erradicação do trabalho infantojuvenil, e a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, a cada governo mudam as siglas, portanto dependemos dos partidos políticos que estarão no

poder para enfrentar essa política, mesmo trabalhos e projetos que dão certo são cancelados por falta de verbas ou pela troca de gestão.

Temos escutado narrativas de assédio moral e adoecimento por parte das trabalhadoras, por não conseguirem levar a cabo soluções que garantem direitos, ou reverter as violações de direitos. Também vivenciamos na rotina da RA e da redinha experiências de solidariedade de classe quando a análise do fenômeno social extrapola a possibilidade individual e mesmo naquele grupo (ou no conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores das políticas sociais) de superação, ou resolutividade. Em nossa análise, essa realidade é mais uma mediação da violência de Estado.

Quando a CF de 1988 coloca a família e a sociedade responsáveis pela garantia de direitos, antes do Estado, embasa no liberalismo, na premissa do indivíduo sobre o coletivo. Acreditamos que é o inverso. O Estado, que pela recolha de impostos, taxas, tarifas e contribuições compõe o fundo público, precisa ser o primeiro responsável na garantia de direitos. Pois ao não assegurar uma vida digna – acesso ao trabalho formal e estável, à moradia, à saúde, à educação, ao lazer, à cultural, à liberdade, à dignidade as famílias, como essas famílias garantirão para seus filhos algo que não está ao seu alcance? Uma vida de direitos que não possui.

É preciso compreender o papel das instituições e das pessoas, e suas responsabilidades, portanto é fundamental retomarmos o papel do Estado na proteção integral aos pais dos sujeitos de direitos, muitas vezes apenas das mães das crianças e adolescentes. E num processo de precarização do público, de privatização irrestrita, de coisificação e mercantilização das vidas, qual presente e qual futuro daremos para as crianças e adolescentes deste país?

## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>

\_\_\_\_\_, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069, 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm)>



\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n° 9694, 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm)>

\_\_\_\_\_, **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei n° 8742, 7 de dezembro de 1993.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm)>

BRITO, Felipe e OLIVEIRA, Pedro R. de. Territórios Transversais. In: MARICATO et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior. 2013.

Diário de Campo. Grupo de Trabalho e Formação Humana. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

\_\_\_\_\_. Grupo de Trabalho e Formação Humana. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

\_\_\_\_\_. Grupo de Trabalho e Formação Humana. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

\_\_\_\_\_. Grupo de Trabalho e Formação Humana. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. I Colóquio A Pesquisa em trabalho, educação e Políticas Educacionais. Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/index.php/producao/trabalhos-em-eventos/view.download/120.html>

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

FONSECA, Laura Souza. **Trabalho infanto-juvenil: concepções, contradições e práticas políticas**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. PPG EDU, Niterói.

\_\_\_\_\_. **Trabalho infanto-juvenil e formação humana: limites na potência ontológica e banalização do sujeito de direitos.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.8 n.1, p. 137-153, mar./jun.2010.

\_\_\_\_\_. **Observatório do trabalho e das políticas sociais para o infanto-juvenil.** Cidade do México, 2013.

FONSECA, Laura Souza; NISHIMURA, Shin; PERGHER, Eduardo. **O trabalho que organiza a vida e a exploração da força de trabalho.** In: GONÇALVES, L.D.; MACHADO, C.R.S. MARX e a EDUCAÇÃO Trabalho, Natureza e Conflitos. Porto Alegre, RS, Evangraf, 2012.

GUTERRES, Priscila Guadalupe dos Santos. **Relação entre Conselho Tutelar e Escola: Miradas na produção de sujeitos de direitos.** TCC de Graduação em Pedagogia. Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LENIN, Vladimir. **As três fontes.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Experiências de Pesquisa: entre escolhas metodológicas e percursos individuais.** Saúde Soc: São Paulo, v.20, n.2, p. 314-324, 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Sete Notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil.** Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOTTI, Antonio José A.; SANTOS, Joselino Vieira dos. **Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades.** Parâmetros de Atuação do Sentinela. Caderno 2 – orientação à prática. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2006.

OLIVEIRA, Filipe Guterres V.C., CARVALHO, Maria Alice P., GARCIA, Margareth Rose G., OLIVEIRA, Simone Santos. **A experiência dos diários reflexivos no**

**processo formativo de uma Residência Multiprofissional em Saúde da Família.**  
Comunicação saúde educação, v.17, n.44, p.201-9, jan/mar. 2013.

SCHEINVAR, Estela. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

TRINDADE, Danielli. **O Sujeito Infanto-Juvenil em Situação de Dupla Violação de Direitos: Um Estudo de Caso numa Rede de Proteção em Porto Alegre, RS.** TCC de Graduação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.